

NOTA À 2.ª EDIÇÃO .....	11
APRESENTAÇÃO À 1.ª EDIÇÃO – ADA PELLEGRINI GRINOVER .....	13
UMA PALAVRA INICIAL À 1.ª EDIÇÃO .....	15

**1.ª PARTE**  
**DOCTRINA**

Título I  
TEMAS PRELIMINARES

Capítulo I – CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A QUESTÃO AMBIENTAL

1. O Homem e o Planeta ameaçados .....	37
2. O desenvolvimento sustentável.....	41
3. Contradições e princípios da vida sustentável .....	44
3.1 Contradições para a vida sustentável .....	44
3.2 Princípios da vida sustentável .....	45
4. A produção e o consumo sustentáveis .....	48
4.1 Produção sustentável: as normas da ISO 14.000 .....	50
4.2 Consumo sustentável: a base problemática comum .....	52
4.2.1 A base constitucional comum .....	53
4.2.2 A legislação ambiental brasileira e o consumo sustentável .....	54
4.2.3 As dificuldades comuns de acesso à justiça .....	55
5. A Agenda 21 .....	56
5.1 Teor geral do documento .....	56
5.2 Agenda 21 e legislação .....	59

Capítulo II – ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

1. Sentido da expressão <i>ecologia</i> .....	61
2. Sentido da expressão <i>meio ambiente</i> . Aspectos e conceitos .....	63

3. O conceito legal .....	65
4. Os recursos ambientais .....	68

### Capítulo III – ÉTICA AMBIENTAL

1. Introdução .....	69
2. Meio ambiente: patrimônio da coletividade .....	73
3. Meio ambiente e gestão pública .....	76
4. A ética da vida .....	78
5. Conclusão .....	85

### Título II

#### O AMBIENTE NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

1. A crise ambiental e sua razão .....	89
1.1 Uma questão básica .....	89
1.1.1 A preocupação da Igreja .....	90
1.1.2 O alerta de Strong .....	90
1.1.3 O balanço do PNUMA (1972-1992) .....	91
1.1.4 Fórum “Rio + 5” .....	91
1.2 A razão da crise .....	92
2. A lei como terapia para superação da crise .....	93
3. Legislação ambiental do Brasil .....	94
3.1 Origem .....	94
3.2 Realidade .....	96
3.3 Perspectivas .....	99
3.3.1 Consolidação da legislação ambiental brasileira .....	100
3.3.2 Código Ambiental brasileiro .....	102
4. A implementação da legislação ambiental .....	104

### Título III

#### O DIREITO DO AMBIENTE

1. Nomenclatura .....	107
2. Conceito de Direito do Ambiente .....	109
3. Princípios fundamentais do Direito do Ambiente .....	110
3.1 Princípio do ambiente ecologicamente equilibrado como direito fundamental da pessoa humana .....	111
3.2 Princípio da natureza pública da proteção ambiental .....	112
3.3 Princípio do controle do poluidor pelo Poder Público .....	114
3.4 Princípio da consideração da variável ambiental no processo decisório de políticas de desenvolvimento .....	114

3.5	Princípio da participação comunitária .....	115
3.6	Princípio do poluidor-pagador ( <i>polluter pays principle</i> ) .....	116
3.7	Princípio da prevenção .....	117
3.8	Princípio da função socioambiental da propriedade .....	120
3.9	Princípio do direito ao desenvolvimento sustentável .....	121
3.10	Princípio da cooperação entre os povos .....	124
4.	Autonomia .....	126
5.	Multidisciplinaridade do Direito do Ambiente .....	128
6.	Taxionomia e natureza jurídica .....	129

## Título IV

## DO PATRIMÔNIO AMBIENTAL NACIONAL

## Capítulo I – PATRIMÔNIO AMBIENTAL NATURAL

## Seção I – Recursos naturais de característica planetária

1.	Ar .....	134
1.1	Aspectos gerais da poluição do ar .....	135
1.2	Impactos e efeitos na qualidade da atmosfera .....	135
1.3	Os padrões de qualidade do ar .....	136
1.4	Efeitos globais .....	136
1.5	Ações sobre a qualidade do ar .....	137
1.6	Aspectos especiais .....	138
1.7	Legislação aplicável .....	138
1.7.1	Controle da qualidade do ar .....	139
1.7.2	Fontes industriais de poluição do ar e o zoneamento .....	140
1.7.3	Poluição do ar por veículos automotores .....	140
1.7.4	Poluição por tabagismo .....	141
1.7.5	Camada de ozônio .....	141
1.7.6	Uso de fogo em tratos culturais .....	142
1.7.7	Crime de poluição atmosférica .....	142
1.7.8	Infração administrativa .....	143
2.	Água .....	143
2.1	Aspectos gerais .....	143
2.2	Usos múltiplos e qualidade dos recursos hídricos .....	144
2.3	Bacias hidrográficas .....	146
2.4	Águas subterrâneas .....	147
2.5	Legislação aplicável .....	147
2.5.1	Proteção das águas .....	148
2.5.2	Ambiente marinho .....	150

2.5.3	Poluição das águas por lançamento de óleos .....	151
2.5.4	Crime de poluição hídrica .....	152
2.5.5	Infração administrativa .....	152
3.	Solo .....	152
3.1	Solo como recurso natural .....	153
3.2	Solo como espaço social .....	153
3.3	Perspectivas para o uso do solo .....	154
3.4	Legislação aplicável .....	154
3.4.1	A tutela da vegetação como meio de proteção do solo .....	156
3.4.2	Atividades agrícolas e a degradação do solo .....	156
3.4.3	Solo urbano .....	157
3.4.4	Disposição de resíduos e contaminação do solo .....	157
3.4.5	Extração mineral .....	160
3.4.6	Estudo de contaminação de solo .....	160
3.4.7	Crime de contaminação e degradação do solo .....	160
3.4.8	Infrações administrativas .....	161
4.	Flora .....	161
4.1	Conceitos gerais .....	162
4.1.1	Significado do termo “flora” .....	162
4.1.2	Significado do termo “vegetação” .....	163
4.1.3	Significado do termo “floresta” .....	163
4.2	Significado ecológico das florestas .....	164
4.3	Riscos e danos relacionados à flora .....	165
4.4	Legislação aplicável .....	165
4.4.1	Floresta e vegetação em áreas de preservação permanente .....	166
4.4.2	Floresta e vegetação em área de Reserva Legal .....	167
4.4.3	Espécimes vegetais isolados ou concentrações arbóreas .....	168
4.4.4	Florestas nativas e plantadas e sua exploração .....	168
4.4.5	Mata Atlântica .....	169
4.4.6	Espaços especialmente protegidos .....	169
4.4.7	Áreas verdes urbanas .....	170
4.4.8	Os crimes contra a flora .....	170
4.4.9	Infrações administrativas .....	170
5.	Fauna .....	171
5.1	Conceitos gerais .....	171
5.2	Significado da fauna .....	172
5.3	Legislação aplicável .....	173
5.3.1	Caça, pesca e atividades correlatas .....	174
5.3.2	Zoológicos e instituições oficiais de finalidade científica .....	176
5.3.3	Os atentados contra a fauna .....	177
5.3.4	Infrações administrativas .....	177

## Seção II – Grandes ecossistemas brasileiros e sua função geoeconômica

1. Caracterização geral dos grandes ecossistemas brasileiros .....	177
1.1 Amazônia Brasileira .....	178
1.2 Mata Atlântica .....	179
1.3 Serra do Mar .....	180
1.4 Pantanal Mato-Grossense .....	181
1.5 Zona Costeira .....	181
1.6 Cerrado .....	182
1.7 Caatinga .....	183
1.8 Domínio das Araucárias .....	183
1.9 Pampas e pradarias .....	184
2. Gestão integrada dos grandes ecossistemas .....	184
2.1 A ocupação do espaço .....	185
2.2 Fenômenos específicos .....	187

## Seção III – Biodiversidade e patrimônio genético

1. Biodiversidade .....	189
1.1 Considerações gerais .....	189
1.1.1 Evolução conceitual .....	189
1.1.2 Dados históricos .....	192
1.1.3 Diferentes tratamentos da biodiversidade .....	194
1.2 Legislação aplicável .....	195
1.2.1 Instrumentos internacionais .....	195
1.2.2 Legislação brasileira .....	196
2. Biotecnologia .....	196
2.1 Considerações gerais .....	196
2.2 Legislação aplicável .....	199

## Capítulo II – PATRIMÔNIO AMBIENTAL CULTURAL

1. Conceito e conteúdo .....	201
2. A identificação dos bens culturais .....	203
3. Competência .....	204
4. Formas de promoção dos bens culturais .....	205
4.1 Promoção por ato administrativo .....	205
4.1.1 Tombamento .....	205
4.1.1.1 Conceito .....	206
4.1.1.2 Natureza jurídica .....	206
4.1.1.3 Modalidades .....	207
4.1.1.4 Processo administrativo .....	207

4.1.1.5	Efeitos .....	209
4.1.1.6	Dever de indenizar .....	210
4.1.2	Outras formas administrativas de promoção dos bens culturais .....	211
4.2	Promoção por lei específica .....	211
4.3	Promoção por via judicial .....	212
5.	Instrumentos de defesa e repressão .....	213
5.1	Instrumentos administrativos .....	213
5.1.1	Multa .....	213
5.1.2	Destruição de obra .....	214
5.1.3	Remoção de objeto .....	214
5.2	Instrumentos judiciais .....	214
5.2.1	Ação popular constitucional .....	214
5.2.2	Ação civil pública .....	215
5.2.3	Ação penal pública .....	216
6.	Considerações complementares .....	217

### Capítulo III – PATRIMÔNIO AMBIENTAL ARTIFICIAL

1.	Considerações gerais .....	219
2.	O ambiente construído .....	220
3.	Legislação aplicável .....	222
3.1	Regiões Metropolitanas e zoneamento industrial .....	223
3.2	A poluição sonora e a poluição por radiação ou ondas eletromagnéticas .....	224
3.3	Poluição visual .....	225
3.4	Os crimes contra o ordenamento urbano .....	225
3.5	Infrações administrativas .....	225

### Título V

#### TUTELA CONSTITUCIONAL DO AMBIENTE

1.	Introdução .....	227
2.	A experiência constitucional alienígena .....	228
3.	A questão ambiental nas Constituições brasileiras .....	230
4.	A Constituição de 1988 .....	231
5.	A proteção do meio ambiente como princípio da ordem econômica .....	233
6.	O meio ambiente como bem jurídico autônomo .....	233
7.	Um capítulo para o meio ambiente .....	234
8.	Deveres específicos do Poder Público .....	236
8.1	Preservação e restauração dos processos ecológicos essenciais .....	236
8.2	Promoção do manejo ecológico das espécies e ecossistemas .....	237
8.3	Preservação da biodiversidade e controle das entidades de pesquisa e manipulação de material genético .....	238

8.4	Definição de espaços territoriais protegidos .....	241
8.5	Realização de estudo prévio de impacto ambiental .....	243
8.6	Controle da produção, comercialização e utilização de técnicas, métodos e substâncias nocivas à vida, à qualidade de vida e ao meio ambiente .....	245
8.7	Educação ambiental .....	246
8.8	Proteção à fauna e à flora .....	248
9.	Meio ambiente e mineração .....	252
10.	A responsabilização cumulativa das condutas e atividades lesivas ao ambiente .....	253
11.	Proteção especial a macrorregiões .....	254
12.	A indisponibilidade de terras devolutas e de áreas indispensáveis à preservação ambiental .....	256
13.	O controle das usinas nucleares .....	258
14.	O direito adquirido em matéria ambiental .....	260
15.	O direito à informação .....	261
16.	Repartição de competências .....	263
16.1	Competências administrativas .....	263
16.2	Competências legislativas .....	264
17.	A participação comunitária na tutela do ambiente .....	266
17.1	Participação comunitária nos processos de criação do Direito do Ambiente ...	267
17.1.1	Participação no processo legislativo .....	267
17.1.2	Participação em órgãos colegiados dotados de poderes normativos .....	267
17.2	Participação popular na formulação e execução de políticas ambientais ...	267
17.3	Participação popular através do Poder Judiciário .....	268
18.	O Ministério Público e a tutela do ambiente .....	269
19.	O Poder Judiciário e o meio ambiente .....	273

## Título VI

### TUTELA ADMINISTRATIVA DO AMBIENTE

#### Capítulo I – A RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA AMBIENTAL

1.	Considerações gerais .....	279
2.	O poder de polícia ambiental .....	282
2.1	Conceito .....	282
2.2	Competência e poder de polícia .....	284

#### Capítulo II – POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

##### Seção I – Objetivos e princípios da Política Nacional do Meio Ambiente

1.	A política ambiental brasileira no contexto histórico .....	288
2.	Objetivos da Política Nacional do Meio Ambiente .....	290
3.	Princípios da Política Nacional do Meio Ambiente .....	292

## Seção II – Sistema Nacional do Meio Ambiente

1. Origem .....	294
2. Estrutura .....	295

## Seção III – Instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente

*Subseção I – Padrões de qualidade ambiental*

1. Padrões de qualidade do ar .....	300
1.1 O Programa Nacional de Controle da Qualidade do Ar – Pronar .....	300
1.2 Os padrões de qualidade do ar .....	302
2. Padrões de qualidade das águas .....	304
2.1 Classes de enquadramento e usos preponderantes .....	304
2.1.1 Águas doces .....	304
2.1.2 Águas salinas .....	305
2.1.3 Águas salobras .....	306
2.2 Critérios de qualidade para as águas destinadas à balneabilidade .....	306
2.3 Avaliação da qualidade dos corpos de água .....	307
3. Padrões de qualidade para ruídos .....	309
3.1 Considerações gerais .....	309
3.2 Normas legais e técnicas .....	309
3.3 Considerações finais .....	310

*Subseção II – O zoneamento ambiental*

1. Considerações gerais .....	311
2. Principais elementos do zoneamento ambiental .....	311
2.1 Definição de objetivos e da região de estudos .....	311
2.2 Definição de prazos e recursos disponíveis para a execução do trabalho .....	312
2.3 Identificação dos aspectos ambientais de interesse para o estudo .....	312
2.4 Definição de escalas de trabalho .....	312
2.5 Identificação das metodologias de diagnóstico, interpretação e representação dos aspectos estudados .....	312
2.6 Desenvolvimento do diagnóstico .....	313
2.7 Processamento e interpretação das informações .....	313
2.8 Representação cartográfica das informações processadas .....	313
2.9 Interação dos dados .....	313
2.10 Representação final do zoneamento .....	313
3. Alguns exemplos .....	313
4. Considerações finais .....	314



*Subseção III – A avaliação de impactos ambientais*

1. Legislação disciplinadora da AIA .....	316
2. O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) .....	320
2.1 Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) .....	321
2.2 Conceito de EIA .....	322
2.3 Objetivo do EIA .....	322
2.4 Quadro normativo básico .....	323
2.5 Pressuposto do EIA: significativa degradação .....	328
2.5.1 O cunho exemplificativo da norma .....	329
2.5.2 O caráter da presunção da gravidade do impacto .....	330
2.6 Momento de preparação .....	333
2.7 Iniciativa da exigência .....	334
2.8 Elaboração e custeio .....	335
2.8.1 Independência da equipe .....	336
2.8.2 Responsabilidade do empreendedor e da equipe .....	338
2.8.3 Custeio .....	340
2.9 Diretrizes gerais do EIA .....	340
2.10 Conteúdo mínimo do EIA .....	341
2.11 Conteúdo mínimo do RIMA .....	343
2.12 Publicidade e participação pública .....	344
2.13 Mecanismos de controle .....	346
2.14 Perspectivas e desafios .....	347
3. As demais espécies de estudos ambientais .....	348
3.1 A questão sob o enfoque das leis estaduais .....	349
3.1.1 Estado da Bahia .....	349
3.1.2 Estado do Ceará .....	350
3.1.3 Estado de Minas Gerais .....	350
3.1.4 Estado do Pará .....	350
3.1.5 Estado do Paraná .....	351
3.1.6 Estado do Rio Grande do Norte .....	351
3.1.7 Estado do Rio Grande do Sul .....	352
3.1.8 Estado do Rio de Janeiro .....	352
3.1.9 Estado de Santa Catarina .....	353
3.1.10 Estado de São Paulo .....	353
3.2 Os instrumentos destinados à verificação da significância dos impactos ambientais .....	354
3.3 O modelo paulista .....	355

*Subseção IV – O licenciamento em meio ambiente*

1. Introdução .....	358
2. Autorizações e licenças no Direito Administrativo .....	359
3. O licenciamento ambiental .....	360
4. Natureza jurídica .....	361
5. Características da licença ambiental .....	364
6. Competência para o licenciamento ambiental .....	364
7. Prazos para análise das licenças .....	367
8. Prazos de validade das licenças .....	368
9. Modificação, suspensão e cancelamento das licenças .....	369
10. A publicidade no licenciamento ambiental .....	371

*Subseção V – Infrações e sanções administrativas*

1. Considerações preliminares .....	373
2. Caracterização da infração administrativa .....	374
3. Competência para apuração de infração ambiental .....	376
4. O processo administrativo para apuração de infração ambiental .....	377
5. Sanções administrativas .....	377
6. Destinação dos valores arrecadados em pagamento de multas por infração ambiental ...	379

**Capítulo III – POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS****Seção I – Evolução histórico-legislativa**

1. Breve histórico .....	382
2. Conteúdo primordial do Código de Águas .....	383
2.1 Linhas gerais .....	383
2.2 O domínio das águas no Código de Águas .....	383
2.3 O álveo e as margens no Código de Águas .....	385
2.4 O aproveitamento das águas .....	385
3. A gestão das águas: do Código de Águas à Lei 6.938/81 .....	386
4. O domínio das águas na Constituição de 1988 .....	387
5. A gestão da qualidade das águas depois do Código de Águas .....	388
5.1 Classificação e padrões de qualidade das águas .....	388
5.2 Padrões de emissão .....	390
5.3 Enquadramento das águas .....	391

**Seção II – A Política Nacional de Recursos Hídricos e a Lei 9.433/97**

1. Objetivos .....	394
2. Fundamentos .....	394
3. Diretrizes .....	395

4. Instrumentos .....	396
4.1 Planos de Recursos Hídricos .....	396
4.2 Enquadramento dos corpos de água em classes .....	396
4.3 Outorga de direitos de uso de recursos hídricos .....	396
4.3.1 A natureza jurídica da outorga do direito de uso das águas .....	397
4.3.2 Usos sujeitos a outorga .....	397
4.3.3 Usos isentos de outorga .....	398
4.3.4 Competência para outorgar o direito de uso das águas .....	399
4.3.5 Outorga do direito de uso das águas e licenciamento ambiental ...	399
4.3.6 A suspensão e extinção da outorga .....	400
4.4 A cobrança pelo uso de recursos hídricos .....	401
4.5 O Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos .....	403
5. O Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos .....	403
5.1 O Conselho Nacional de Recursos Hídricos .....	404
5.2 A Agência Nacional de Águas .....	405
5.3 Comitês de Bacia Hidrográfica .....	406
5.4 Agências de Água .....	407
6. Infrações e penalidades .....	408
7. Considerações finais .....	410

#### Capítulo IV – POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

1. Considerações gerais .....	412
2. Avanços da Lei 9.795/99 .....	413
2.1 Aspecto formal .....	414
2.2 Aspecto não formal .....	415
3. Princípios básicos .....	415
4. Objetivos .....	416
5. Execução .....	417
6. Conclusão .....	417

#### Título VII

#### TUTELA CIVIL DO AMBIENTE

1. A responsabilidade civil ambiental .....	419
2. O dano ambiental .....	420
2.1 Conceito .....	421
2.2 Classificação .....	422
2.3 Características .....	423
3. Formas de reparação do dano ambiental .....	425
4. Os regimes de responsabilidade civil por danos ambientais .....	426
4.1 A reparação baseada na regra da culpa .....	426

4.2	A reparação baseada na regra da objetividade .....	427
5.	Pressupostos da responsabilidade por dano ambiental .....	429
5.1	Evento danoso .....	429
5.2	Nexo de causalidade .....	431
6.	Conseqüências do regime da responsabilidade objetiva na reparação do dano ....	432
6.1	A prescindibilidade da culpa .....	432
6.2	A irrelevância da licitude da atividade .....	432
6.3	A inaplicabilidade de excludentes .....	434
7.	O sujeito responsável .....	435
7.1	O empreendedor como responsável principal .....	435
7.2	A responsabilidade do Estado .....	436
7.3	A responsabilidade civil do profissional .....	437
8.	A responsabilidade civil objetiva da pessoa jurídica em face da Lei 9.605/98 ....	439

### Título VIII

#### TUTELA PENAL DO AMBIENTE

1.	A responsabilidade penal ambiental .....	441
2.	Antecedentes .....	442
3.	As normas penais ambientais .....	444
3.1	Normas penais em branco .....	444
3.2	Bem jurídico protegido .....	445
3.3	Tipicidade .....	446
3.4	Elemento subjetivo .....	448
3.5	Sujeito ativo .....	449
3.5.1	Responsabilidade penal individual .....	449
3.5.2	Responsabilidade penal da pessoa jurídica .....	450
3.5.2.1	Condicionantes para a responsabilização .....	451
3.5.2.2	Abrangência da responsabilidade .....	452
3.5.2.3	Desconsideração da personalidade da pessoa jurídica .....	453
3.6	Sujeito passivo .....	454
4.	As sanções penais .....	455
4.1	Penas aplicáveis às pessoas físicas .....	455
4.1.1	Pena privativa de liberdade .....	456
4.1.2	Penas restritivas de direitos .....	456
4.1.3	Pena de multa .....	458
4.2	Penas aplicáveis às pessoas jurídicas .....	458
4.2.1	Pena de multa .....	458
4.2.2	Penas restritivas de direitos .....	459
4.3	Circunstâncias atenuantes .....	459
4.4	Circunstâncias agravantes .....	460
4.5	Causas de aumento de pena .....	461

5. As causas excludentes de ilicitude .....	461
6. Os crimes ambientais segundo a Lei 9.605/98 .....	462
6.1 Os crimes contra a fauna .....	463
6.2 Os crimes contra a flora .....	466
6.3 O crime de poluição .....	468
6.4 Os crimes contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural .....	469
6.5 Os crimes contra a administração ambiental .....	470
6.6 Outros crimes ambientais .....	471
7. O art. 79-A da Lei 9.605/98: autorização para poluir ou bom senso? .....	472
8. Normas incriminadoras remanescentes .....	474
9. O avanço da Lei 9.605/98 .....	476

## Título IX

### TUTELA PROCESSUAL DO AMBIENTE

#### Capítulo I – FASE PRÉ-PROCESSUAL

##### Seção I – O inquérito civil

1. Notícia histórica .....	477
2. Natureza jurídica .....	478
3. Uma função institucional do Ministério Público .....	479
4. Instauração do inquérito .....	481
4.1 Pressuposto .....	481
4.2 Legitimação .....	481
4.3 Modo .....	482
4.4 Prazo .....	483
4.5 Recurso .....	484
4.6 Conflitos de atribuição .....	484
4.7 Controle jurisdicional .....	485
5. Instrução do inquérito .....	485
5.1 Poderes instrutórios .....	485
5.2 Eficácia dos elementos de convicção .....	486
6. Conclusão do inquérito .....	487
7. Compromisso de ajustamento de conduta .....	488
8. Arquivamento .....	492
9. Publicidade .....	494

##### Seção II – O inquérito policial

1. Natureza jurídica .....	495
2. Instauração .....	496
3. Prazo para conclusão .....	497
4. Arquivamento .....	497
5. Controle jurisdicional .....	497

## Capítulo II – FASE PROCESSUAL

## Seção I – A ação civil pública

1. A importância do tema .....	498
2. O dado histórico .....	499
3. O aspecto terminológico .....	502
4. Natureza jurídica .....	504
5. Fundamento constitucional .....	504
6. O escopo da ação civil pública .....	505
7. Abrangência da lei .....	506
8. O direito (poder-dever) de agir .....	507
9. A autorização legal para a iniciativa .....	509
10. A ação civil pública e a defesa do meio ambiente .....	509
10.1 Objeto da ação .....	510
10.2 Legitimação ativa .....	512
10.2.1 Legitimação do Ministério Público .....	513
10.2.2 Legitimação das associações .....	514
10.2.3 Legitimidade da administração direta, indireta e fundacional .....	515
10.2.4 Litisconsórcio .....	516
10.2.5 Litisconsórcio de Ministérios Públicos .....	517
10.2.6 Assistência .....	518
10.3 Legitimação passiva .....	519
10.4 Interesse para agir .....	520
10.5 Competência .....	521
10.5.1 Competência de foro .....	521
10.5.2 Competência de jurisdição .....	524
10.6 Rito processual .....	527
10.7 Desistência ou abandono da ação .....	528
10.8 Transação .....	530
10.9 Antecipação da tutela .....	531
10.10 Liminares .....	533
10.11 Multas .....	535
10.12 Prescrição .....	536
10.13 Ônus da sucumbência e da litigância de má-fé .....	538
10.14 Recursos .....	540
10.15 Coisa julgada .....	541
10.16 Execução do julgado .....	543
10.17 O fundo para reconstituição de bens lesados .....	545

## Seção II – A ação penal pública

1. Competência .....	548
2. Ritos processuais .....	550

3. Prova.....	550
4. Questões prejudiciais.....	551
5. Reflexos da justiça consensual na nova lei ambiental penal.....	552
5.1 A transação penal.....	553
5.2 A suspensão condicional do processo.....	554

### Seção III – Outros meios processuais de proteção ambiental

1. Ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo.....	555
2. Ação popular constitucional.....	555
3. Mandado de segurança coletivo.....	556
4. Mandado de injunção.....	557
5. Ações civis tradicionais.....	558

## 2.ª PARTE

### PRÁTICA E JURISPRUDÊNCIA (casos concretos)

#### I – AÇÕES CIVIS

##### *Ações Civis Públicas*

1. Danos à fauna silvestre. “Passarinhada do Embu”. Festa promovida por prefeito, onde se consumiram cerca de 5.000 aves (rolinhas, sabiás e tico-ticos). Indenização a ser aplicada na efetiva reparação do dano. Ação civil pública ambiental.....	561
2. Poluição. Dano ambiental. Litisconsórcio passivo. Ecossistema da Serra do Mar. Indenização correspondente ao custo integral da completa recomposição do complexo ecológico atingido. Ação civil pública ambiental.....	579
3. Descaracterização de patrimônio cultural. Bem de valor histórico e arquitetônico. Obrigação de não fazer reformas ou adaptações que descaracterizem o imóvel. Ação civil pública.....	584
4. Parque municipal. Preservação de espaços verdes. Construção de ciclovia em desrespeito ao tombamento e às regras de preservação do parque. Retirada da camada asfáltica e restauração das condições primitivas. Ação civil pública.....	594
5. Parque Estadual. Exploração imobiliária. Invasão. Construção de casas de alvenaria e/ou madeira. Obrigação de fazer. Demarcação dos limites pelo poder público estadual. Impedimento de invasão por terceiros. Elaboração de plano de manejo. Multa diária. Ação civil pública.....	601
6. Proteção à fauna brasileira. Risco de dano ambiental. Introdução de animal alienígena ( <i>triops</i> ). Manufatura de brinquedos. Abstenção de importação e comercialização. Promoção de campanha publicitária esclarecedora dos riscos. Devolução dos produtos ao país de origem. Recuperação dos eventuais danos ambientais. Ação civil pública com pedido de liminar.....	608

- |    |   |     |
|----|---|-----|
| 7. | Maus-tratos e crueldade contra os animais. Festas do Peão Boiadeiro. Obrigação de não fazer. Multa diária. Confisco dos instrumentos utilizados e prisão em flagrante. Ação civil pública com pedido de liminar ..... | 619 |
| 8. | Danos ao patrimônio cultural. Desídia do poder público. Proteção ao marco escultórico da cidade de São Paulo, denominado "Monumento às Bandeiras". Multa diária. Ação civil pública .....                             | 632 |
| 9. | Poluição do ar consistente em difusão de radiação não ionizante. Antena de telefonia celular. Abstenção de construção. Paralisação das obras. Multa diária. Ação civil pública com pedido de liminar .....            | 644 |

#### *Ação Direta de Inconstitucionalidade*

- |     |  |     |
|-----|--|-----|
| 10. | Metanol. Combustíveis que o contenham. Lei que proíbe, no território nacional, a distribuição, comercialização e consumo. Invasão da competência da União quanto à proteção ao meio ambiente. Suspensão liminar da eficácia da lei impugnada. Ação direta de inconstitucionalidade ..... | 652 |
|-----|--|-----|

#### *Ação Popular*

- |     |   |     |
|-----|---|-----|
| 11. | Parque estadual de Vila Velha. Danos ao meio ambiente. Bem de uso comum. Patrimônio público. Erradicação de obras existentes na região dos arenitos, por se afastarem das diretrizes do plano de obras preexistente. Restauração do caráter primitivo do parque. Ação popular ..... | 665 |
|-----|---|-----|

## II – AÇÕES PENAIS

- |     |   |     |
|-----|---|-----|
| 12. | Poluição de água potável. Despejo de resíduos industriais com elevado teor de amônia e matéria orgânica em manancial utilizado para captação e abastecimento de cidade. Art. 271, <i>caput</i> , do CP. Denúncia. Pessoa física ..... | 684 |
| 13. | Licença ou autorização. Desobediência à determinação legal de paralisação de atividade. Art. 60 da Lei 9.605/98. Denúncia contra pessoa física e jurídica .....   | 703 |

## 3.ª PARTE

- |                                  |            |
|----------------------------------|------------|
| <b>GLOSSÁRIO AMBIENTAL .....</b> | <b>705</b> |
|----------------------------------|------------|

## BIBLIOGRAFIA

- |   |     |
|---|-----|
| I – Livros .....                        | 749 |
| II – Artigos .....                      | 758 |
| III – Obras coletivas .....             | 780 |
| IV – Teses e trabalhos acadêmicos ..... | 781 |
| V – Documentos .....                    | 781 |
| VI – Matérias jornalísticas .....       | 783 |